



**RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO 2º QUADRIMESTRE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Processo** : TC-006919.989.20

**Entidade** : Prefeitura Municipal de Pedra Bela

**Assunto** : Acompanhamento das Contas Anuais

**Período  
examinado** : 2º quadrimestre de 2021

**Prefeito** : Álvaro Jesiel de Lima

**CPF nº** : 041.209.678-16

**Período** : 01/05/2021 a 31/08/2021 (Declaração juntada no Arquivo 01)

**Relatoria** : Dr. Robson Marinho

**Instrução** : UR-03 / DSF-II

**Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,**

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. Álvaro Jesiel de Lima (Arquivo 01), responsável pelas contas em exame.

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2018	2019	2020
IEG-M	C	C+	C+
i-Planejamento	C	C	C
i-Fiscal	B	B+	B+
i-Educ	C	B	C+
i-Saúde	C+	B	C+
i-Amb	C	C	C
i-Cidade	C	C	C
i-Gov-TI	C	C	C+

Obs.: índices do exercício anterior após verificação/validação da Fiscalização.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
3. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AudeSP, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
4. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
5. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste e. Tribunal de Contas do Estado;
6. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

O relatório do 1º quadrimestre está colacionado no evento 37 destes autos.

O presente relatório quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da fiscalização do fechamento do exercício, oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Outrossim, consignamos que foi autuado o processo TC-000922.989.21, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia.

## PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

### A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

#### A.1.1. CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno foi regulamentado por meio da Lei Municipal nº 527, de 15 de março de 2017 (Arquivo 02, fls. 4 a 7).

A Portaria nº 3.026/2019 designou servidor ocupante de cargo público efetivo como responsável pelo Controle Interno (Arquivo 02, fl. 01).

Destaca-se que o setor está vinculado à Secretaria de Finanças e o cargo é de livre nomeação pelo Prefeito Municipal, conforme determinam os artigos 4º e 5º da Lei Municipal nº 527/2017. O servidor designado em 2021 acumula o cargo de responsável pelo Departamento de Pessoal, fator que compromete a sua independência de atuação, necessária ao exercício da função (Arquivo 02.1, fl. 02).

Sobre a matéria, nos termos da decisão transitada em julgado em 17/09/2020, proferida pelo Supremo Tribunal Federal, quando da análise do Recurso Extraordinário nº 1.264.676, sob relatoria do eminente Ministro Alexandre de Moraes, o cargo de controlador interno não deve ser ocupado por servidor ocupante de cargo em comissão ou função gratificada.

Vejamos:

Da interpretação da norma constitucional, **está claro que tanto os cargos em comissão, como as funções de confiança, se destinam às atribuições de direção, chefia e assessoramento, não se podendo incluir, nesse contexto, atividades meramente burocráticas, operacionais ou técnicas.** Pressupõem, ainda, uma relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado.

(...)

Ora, da leitura acima, **verifica-se que o cargo de Controlador Interno desempenha funções de natureza técnica, para cuja realização não se faz necessária prévia relação de confiança entre a autoridade hierarquicamente superior e o servidor nomeado, que justifique a contratação por meio de provimento em comissão ou função de confiança,** eis que ausente, na hipótese, qualquer atribuição de comando, direção, chefia ou assessoramento.

(...)

Desse modo, ainda que o acórdão recorrido defenda que o entendimento firmado por esta CORTE no Tema 1010 deva ser aplicado apenas na hipótese de cargo em comissão, o fato é que o artigo 37 da Constituição Federal não faz qualquer distinção ao limitar



o exercício tanto dos cargos em comissão, quanto das funções de confiança/gratificadas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Assim, **considerando a natureza técnica do cargo de Controlador Interno** criado pela Lei Complementar 22, de 3 de abril de 2017, do Município de Belmonte – SC, **mostra-se inconstitucional sua investidura por meio de provimento em comissão ou função gratificada, sendo necessária, portanto, a observância da orientação prevista no art. 37, II, da Constituição República**, segundo a qual “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei”.

(...)

Diante do exposto, com base no art. 21, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, **DOU PROVIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, para declarar a inconstitucionalidade dos arts. 2º, 3º e 4º da LC 22/2017, do Município de Belmonte/SC, na parte em que estabeleceu o provimento dos cargos de Diretor de Controle Interno e de Controlador Interno por meio de cargo em comissão ou função gratificada.** (g.n.)

Sob outro aspecto, analisamos os relatórios elaborados pelo Sistema de Controle Interno, referentes ao 2º quadrimestre de 2021 e constatamos que os documentos elaborados pelo setor trazem somente dados estatísticos sobre os resultados da Prefeitura Municipal no período, de modo que inexistem apontamentos ou recomendações (relatórios disponíveis no Arquivo 02, fls. 22 a 44).

Nesse contexto, não constatamos a existência de apontamentos de irregularidades, propostas de implementação de procedimentos, ou outras condutas que denotem a atuação de fato do Controle Interno nos processos de adiantamentos, licitações e contratos, admissão de pessoal, repasses ao terceiro setor, dívida ativa, contabilidade, dentre outros.

Por todo o exposto, propomos a adoção de providências tendentes à regularização da estrutura do Setor de Controle Interno, de modo a prover o cargo de controlador interno por servidor de carreira específica, bem como seja **recomendando-se** à Origem que o controle interno atue de forma efetiva, de modo a analisar processos e procedimentos e, por consequência, auxiliar o gestor com informações qualificadas para a tomada de decisões.

## **A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO**

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de apontamento no quadrimestre anterior.

### A.3. OBRAS PARALISADAS

No acompanhamento do quadrimestre não constatamos ocorrências dignas de nota.

## PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

### B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Face ao contido no artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

Informamos, por oportuno, que o município não aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal instituído pela Lei Complementar Federal nº 178, de 13 de janeiro de 2021.

#### B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 18.024.735,70	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 15.727.848,81	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 392.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA		
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>R\$ 1.904.886,89</b>	<b>10,57%</b>

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado no Arquivo 03, fl. 9.

Consideradas as despesas liquidadas, constata-se um superávit de R\$ 3.441.571,43, correspondente a 19,09% (Arquivo 03, fl.10).

#### B.1.1.1. ANÁLISE DO ARTIGO 167-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Conforme Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Sistema Audesp, referente ao 2º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Ente **não superou** o limite de 95% estabelecido pelo artigo 167-A da Constituição Federal, tendo em vista que no período de 12 (doze) meses anteriores ao 4º bimestre, a relação entre despesas correntes (R\$ 20.819.399,20) e receitas correntes (R\$ 25.607.060,93) do Ente correspondeu



a 81,30%, inclusive abaixo do limite de 85% estabelecido no §1º do artigo 167-A.

Receita Corrente Arrecadada (Ente)		
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	R\$	<b>25.607.060,93</b>
Despesa Corrente Liquidada (Ente)		
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	R\$	<b>20.819.399,20</b>
Resultado do Ente Municipal		
Percentual (c) = (b) / (a)		<b>81,30%</b>

Arquivo 03, fl.5.

## B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive Antecipação de Receita Orçamentária - ARO.

### B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Sistema Audesp, referentes ao 2º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Período	Ago 2020	Dez 2020	Abr 2021	Ago 2021
<b>% Permitido Legal</b>	<b>54,00%</b>	<b>54,00%</b>	<b>54,00%</b>	<b>54,00%</b>
<b>Gasto Informado</b>	R\$ 10.382.196,89	R\$ 10.442.328,00	R\$ 10.315.411,66	R\$ 10.490.067,27
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
<b>Gastos Ajustados</b>	R\$ 10.382.196,89	R\$ 10.442.328,00	R\$ 10.315.411,66	R\$ 10.490.067,27
<b>Receita Corrente Líquida</b>	R\$ 21.706.341,84	R\$ 22.234.587,21	R\$ 24.441.507,38	R\$ 25.604.547,15
Inclusões da Fiscalização				
Exclusões da Fiscalização				
<b>RCL Ajustada</b>	R\$ 21.706.341,84	R\$ 22.234.587,21	R\$ 24.441.507,38	R\$ 25.604.547,15
<b>% Gasto Informado</b>	<b>47,83%</b>	<b>46,96%</b>	<b>42,20%</b>	<b>40,97%</b>
<b>% Gasto Ajustado</b>	<b>47,83%</b>	<b>46,96%</b>	<b>42,20%</b>	<b>40,97%</b>

Arquivo 03, fl. 3





#### **B.1.2.2. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO**

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

#### **B.1.3. PRECATÓRIOS**

A questão será examinada quando do fechamento do exercício - fiscalização relativa ao 3º quadrimestre de 2021.

#### **B.2. IEG-M – I-FISCAL**

Sob amostragem, no tocante ao i-Fiscal, destacamos as seguintes ocorrências dignas de nota, as quais foram abordadas no IEGM- 2020 e que podem ser objeto de tratamento no exercício em exame:

- A Administração Tributária alocou servidores ocupantes de cargos em comissão para o exercício de atividades técnicas de Fiscais Tributários.
- Não houve a implantação de Plano de Cargos e Salários específico para os Fiscais Tributários, o que compromete a autonomia no desempenho de suas funções, tratada no artigo 37, inciso XVIII, da Constituição Federal.
- Na cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) não são adotados mecanismos que promovam a justiça fiscal, dentre os quais podemos citar a instituição de alíquotas progressivas em relação ao valor venal do imóvel, prevista no artigo 156, § 1º, da Constituição Federal, e o programa de isenção do IPTU.
- Não houve a implantação de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) pela Prefeitura Municipal, consequentemente não há fiscalização automatizada para detectar contribuintes que deixam de emitir a NFS-e por um determinado período ou apresentem queda acentuada em suas operações, a fim de detectar o fim das atividades ou a sonegação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Propomos que esses registros sejam acompanhados pelos setores responsáveis, de modo a corrigir procedimentos que impactaram de forma negativa esse indicador.

### B.2.1. CARGOS EM COMISSÃO NA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

O artigo 37, inciso XXII, da Constituição Federal<sup>1</sup>, estabelece que as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por serem atividades essenciais ao funcionamento do Estado, serão **exercidas por servidores de carreiras específicas** e terão recursos prioritários para a realização de suas atividades.

No caso da Prefeitura Municipal de Pedra Bela, conforme Lei Complementar Municipal nº 120 de 2018 (Arquivo 04), a administração tributária está estruturada por meio da Diretoria da Fazenda, conforme o artigo 14 do referido instrumento legal, à qual compete desenvolver a política tributária do Município e coordenar, controlar e gerenciar o cadastro, o lançamento, a arrecadação e a fiscalização de tributos municipais.

Da leitura das atribuições conferidas aos cargos vinculados à Diretoria da Fazenda (fls. 15 e 16, Arquivo 04), infere-se que estes integram a administração tributária municipal. E, portanto, em razão do que dispõe o artigo 37, inciso XXII, da Constituição Federal, devem ser exercidos por servidores de carreiras específicas.

No caso, verificamos que o cargo em comissão de Diretor Municipal da Fazenda, vinculado à Diretoria da Fazenda, estava provido, em 22/09/2021, por servidor não integrante de carreira específica, conforme declarações constantes do Arquivo 05, em inobservância ao artigo 37, inciso XXII, da Constituição Federal.

Ressalte-se que o dispositivo constitucional, ao estabelecer que os servidores das administrações tributárias deveriam possuir carreiras específicas, assentou, por corolário lógico, que os cargos em comissão, no âmbito da administração tributária, também seriam ocupados por agentes vinculados a este quadro, de modo a garantir a impessoalidade e maior segurança na execução de suas atividades.

Em outras palavras, se o servidor que realiza atividades técnicas intrínsecas à função tributária, deve ser de carreira específica, seria lógico supor que o superior hierárquico desse agente (chefe ou diretor), que revisa, modifica ou ratifica os seus atos, deve receber idêntico tratamento.

Nesse sentido, trago jurisprudência do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região:

<sup>1</sup> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.



EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ITR. CONVÊNIO COM MUNICÍPIO. **LANÇAMENTO REALIZADO POR SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA. CARGO EM COMISSÃO. NULIDADE EM RAZÃO DA INCOMPETÊNCIA. As atividades atinentes à administração tributária, dentre as quais está a constituição dos créditos de natureza fiscal, devem ser exercidas por servidores de carreiras específicas, nos termos do artigo 37, XXII, da Constituição Federal, razão pela qual é nulo o lançamento realizado por ocupante de cargo em comissão.** (g.n.)

(TRF-4; Apelação Cível nº 5008442-68.2017.4.04.7001/PR, Relator: Desembargador Federal Rômulo Pizzolatti, Segunda Turma, Data de Julgamento: 02/07/2019).

RECURSO DE APELAÇÃO – MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO – MUNICÍPIO DE GUARULHOS – **Associação dos Inspectores Fiscais do Município de Guarulhos que objetivou a anulação da nomeação de servidores para cargos de Diretor de Departamento de Receita Imobiliária e Diretor de Departamento de Receita Mobiliária**, alegando que teria havido violação, dentre outros dispositivos, ao disposto no artigo 37, inciso XXII – **Administração Tributária dos Municípios que deve ser exercida por servidores de carreiras específicas** – Interpretação conforme à Constituição da Lei Municipal nº 7.550/2017 – Portarias atacadas pela impetrante que não observaram o regramento constitucional – Sentença reformada – **Recurso provido.** (g.n.)

(TJ-SP; Apelação Cível nº 1027654-88.2019.8.26.0224; Relator: Desembargador Marcos Pimentel Tamassia; 1ª Câmara de Direito Público; Data de Julgamento: 09/03/2021)

As decisões judiciais corroboram o entendimento de que é nulo o lançamento tributário ou qualquer ato congênere relacionado à administração tributária, realizado por servidores não integrantes de carreira específica.

Assim, sem prejuízo de outras determinações, sugerimos a comunicação do apontamento ao Ministério Público do Estado de São Paulo para a adoção de providências que se fizerem cabíveis para o caso, bem como propomos que a Origem promova a readequação da estrutura de pessoal, vinculada à administração tributária, em consonância aos preceitos estabelecidos pelo artigo 37, inciso XXII, da Constituição Federal.



### B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

#### B.3.1. DECLARAÇÃO DE BENS

Verificamos que os Agentes Políticos e os servidores do município de Pedra Bela, conforme declaração da Origem no arquivo 06, apresentaram ou atualizaram a declaração de bens.

#### B.3.2. DO AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS - AVCB

Não há Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB para 17 imóveis ocupados pela Prefeitura Municipal de Pedra Bela, conforme declaração constante do arquivo 07, descumprindo-se o disposto no **Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018**.

Destacamos que a falha é grave, principalmente por tratar o AVCB de requisitos mínimos de segurança para os que frequentam e trabalham nos prédios públicos.

Os fatos demonstram a necessidade da **adoção de medidas imediatas**, haja vista que dentre as falhas apuradas **há questões de segurança envolvidas (AVCB)**, em especial **nos casos de escolas**, por envolver **crianças e adolescentes**, denotando, simultaneamente, o **descumprimento da Constituição Federal (caput do artigo 37), do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (artigo 1º da Lei Federal nº 8.069/90) e do Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018**. Importante destacar que **os Conselhos Municipais de Educação e dos Direitos da Criança e Adolescente** devem tomar conhecimento da situação aqui relatada, visando o aprimoramento de sua atuação para que ocorrências da espécie não venham se efetivar novamente.

Destacamos Decisão proferida no TC-4617.989.18 (Evento 169), referente às contas de 2018 da Prefeitura Municipal de Bragança Paulista, sob Relatoria do Exmo. Senhor Conselheiro Dr. Dimas Ramalho, que destacou e determinou:

Quanto aos estabelecimentos físicos, consta nos autos que existiam unidades de ensino que necessitavam de reparos, bem como unidades que não dispunham de AVCB ou alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária. Portanto, **determino** à Prefeitura local imediatas providências a fim de providenciar os devidos reparos em suas escolas. Da mesma forma, **determino** que o Executivo providencie, **imediatamente**, os Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, para todos os prédios públicos.

Considerando o art. 23, parágrafo único, “15”, c/c arts. 139, § 2º e 142 da Constituição Estadual, e o previsto art. 4º, VIII, da Lei Complementar nº 1.257, de 06/01/2015, **determino** o envio de cópia do relatório da fiscalização e deste voto ao corpo de bombeiros do Estado de São Paulo.



Ante o exposto, **propomos seja comunicado o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, para as providências que entender pertinentes.**

### **B.3.3. PLANO DE AÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO SIAFIC**

Informamos que o Chefe do Poder Executivo Municipal encaminhou o Plano de Ação para implantação do SIAFIC (Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle) aos órgãos de controle interno e externo no dia 30/04/2021, cumprindo o prazo estabelecido pelo parágrafo único do artigo 18<sup>2</sup> do Decreto Federal nº 10.540/2020 (expirado em 05/05/2021). O Plano de Ação segue juntado no Arquivo 08, o qual foi divulgado no portal da transparência da Prefeitura Municipal<sup>3</sup>

Constatamos que o Plano de Ação contempla a adequação de seu SIAFIC aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Decreto Federal nº 10.540/2020.

Em nossa amostragem, verificamos que os prazos estabelecidos no Plano de Ação para implantação do SIAFIC Único estão sendo cumpridos. Importa consignar que, nos termos do *caput* do artigo 18 do Decreto Federal nº 10.540/2020, os entes federativos deverão observar as disposições do citado decreto a partir de 1º de janeiro de 2023.

## **PERSPECTIVA C: ENSINO**

### **C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO**

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema Audesp, apresentou os seguintes resultados:

<sup>2</sup> Art. 18. Os entes federativos deverão observar as disposições deste Decreto a partir de 1º de janeiro de 2023. Parágrafo único. Os entes federativos estabelecerão, no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação deste Decreto, plano de ação voltado para a adequação às suas disposições no prazo estabelecido no **caput**, que será disponibilizado aos respectivos órgãos de controle interno e externo e divulgado em meio eletrônico de amplo acesso público.

<sup>3</sup>

[https://www.pedrabelasp.gov.br/?pag=T0dVPU9UST1PRGM9T1dFPU9URT1PVFk9Tm1JPU9UZz1PR009WVRBPU9UZz1PVEk9T1dJPVIUTT1PV1U9WVRRPQ==&tipo\\_doc=7&ano=2021&notid=&notIn=&tc=&tcNot=](https://www.pedrabelasp.gov.br/?pag=T0dVPU9UST1PRGM9T1dFPU9URT1PVFk9Tm1JPU9UZz1PR009WVRBPU9UZz1PVEk9T1dJPVIUTT1PV1U9WVRRPQ==&tipo_doc=7&ano=2021&notid=&notIn=&tc=&tcNot=)



Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	26,15%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	25,76%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	25,40%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	79,69%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	79,69%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	77,30%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	59,55%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	59,55%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	57,92%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Arquivo 03, fl. 6. Relatório FUNDEB juntado no Arquivo 09.

Nos termos do artigo 59, § 1º, inciso V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, **foi o município alertado**, por 8 vezes, consoante Notificações de Alertas juntados no presente evento (Arquivo 10). Os alertas se referem à situação desfavorável ao atendimento dos limites mínimos de aplicação dos recursos do FUNDEB estabelecidos no artigo 26 da Lei Federal nº 14.113/20.

Com base nos dados coletados junto à origem durante a inspeção, não constatamos demanda não atendida nos níveis de ensino ofertados pelo município.

NÍVEL	DEMANDA POR VAGAS	OFERTA DE VAGAS	RESULTADO
Ens. Infantil (Creche)	75	121	61,33%
Ens. Infantil (Pré escola)	116	180	55,17%
Ens. Fundamental (Anos Iniciais)	336	530	57,74%
Ens. Fundamental (Anos Finais)	338	420	24,26%

Arquivo 11

A Secretaria/Diretoria Municipal de Educação informou que no período não houve paralisação das aulas presenciais para os alunos da rede municipal de ensino (Arquivo 12, fl. 17, questão 20). Ainda assim, vem tomando medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem (Arquivo 12, fl. 17, questão 20.2).

Das medidas informadas, destacamos:

- Uso do whatsapp.
- contratação da plataforma moodle.

## C.2. IEG-M – I-EDUC

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de apontamento no quadrimestre anterior.

### PERSPECTIVA D: SAÚDE

#### D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados:

Artigo nº 77, inciso III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	29,99%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	26,11%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	24,97%

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado no Arquivo 03, fl. 08.

#### D.2. IEG-M – I-SAÚDE

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de apontamento no quadrimestre anterior.

### PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

#### E.1. IEG-M – I-AMB

Sob amostragem, no tocante ao i-Amb, destacamos as seguintes ocorrências dignas de nota, as quais foram abordadas no IEGM- 2020 e que podem ser objeto de tratamento no exercício em exame:

- Nem todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental realizam programa ou ação de educação ambiental, como preconiza o inciso VI do artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999.
- Não foi instituída lei regulamentando a proibição de queimada urbana pelo Município.
- O cronograma de manutenção preventiva ou de



substituição da frota municipal não é avaliado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, cuja finalidade é assessorar, estudar e propor diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais, além de deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.

- Não há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez.
- Não existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem, fato que dificulta o alcance dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos elencados no artigo 2º da Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.
- A Prefeitura Municipal informou que possui Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico. Entretanto, não existem metas de abastecimento de água definidas, contrariando o estipulado no inciso I do artigo 9º e no inciso II do artigo 19 da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. O município ainda não universalizou o fornecimento de água potável para sua população.
- A Prefeitura Municipal informou que possui Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico. Entretanto, não existem metas de coleta de esgoto definidas, contrariando o estipulado no inciso I do artigo 9º e no inciso II do artigo 19 da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. O município ainda não universalizou a coleta de esgoto para sua população.
- A Prefeitura Municipal informou que possui Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico. Entretanto, não existem metas de tratamento de esgoto definidas, contrariando o estipulado no inciso I do artigo 9º e no inciso II do artigo 19 da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.
- O Indicador de Coleta de Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município - ICTEM do ano de 2020 encontra-se abaixo de 7,6 (limite considerado aceitável





pela CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo).

- A Prefeitura Municipal não realiza monitoramento e avaliação das ações e metas contidos em seu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), contrariando o disposto pelo artigo 19, inciso XVII, da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Propomos que esses registros sejam acompanhados pelos setores responsáveis, de modo a corrigir procedimentos que impactaram de forma negativa esse indicador.

## **PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE**

### **F.1. IEG-M – I-CIDADE**

Sob amostragem, no tocante ao i-Cidade, destacamos as seguintes ocorrências dignas de nota, as quais foram abordadas no IEGM-2020 e que podem ser objeto de tratamento no exercício em exame:

- A Prefeitura Municipal informou que foi criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil-COMPDEC ou órgão similar responsável pela execução, coordenação e mobilização de todas as ações de defesa civil no município, mas não há qualquer tipo de recursos específicos destinados a ela, o que impossibilita a execução do disposto nos artigos 8º e 9º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.
- A Prefeitura Municipal informou que não possui Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil devidamente regulamentado.
- A Prefeitura Municipal não promove a capacitação/treinamento de associações para atuação conjunta com os agentes municipais de Proteção e Defesa Civil, contrariando o disposto no artigo 8º, inciso XV, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.
- Não são realizadas ações para estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias.
- Não há mecanismos para vedação de novas ocupações



das áreas de riscos, contrariando o artigo 8º, inciso V, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.

- A Prefeitura Municipal não possui Plano de Contingência Municipal – PLANCON de Defesa Civil.
- A Prefeitura Municipal informou que não realiza o registro das ocorrências de Defesa Civil de forma eletrônica.
- Nem todo calçamento público possui acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade, contrariando o artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012 e os artigos 46 e 53 da Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015.
- Nem todas as vias públicas pavimentadas estão devidamente sinalizadas (vertical e horizontalmente) de forma a garantir as condições adequadas de segurança na circulação, contrariando o disposto no artigo 88 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).
- Nem todas as vias públicas no Município tem manutenção adequada, contrariando as normas do Manual de Pavimentação e Manual de Restauração Pavimentos Asfálticos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

Propomos que esses registros sejam acompanhados pelos setores responsáveis, de modo a corrigir procedimentos que impactaram de forma negativa esse indicador.

## **PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

### **G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

Nos trabalhos da fiscalização foram encontradas divergências entre os dados da Origem e os prestados ao Sistema AUDESP, em especial o relativo aos empenhos informados, a saber:

(1) Atribuiu-se “OUTROS/NÃO APLICÁVEL” no campo “MODALIDADE DE LICITAÇÃO” para despesas ordinárias que necessitam de

licitação ou que se encaixam nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade, tal como determina a Lei Federal nº 8.666/93:

Mod. de Licitação	Subelemento	Nome do Credor	Nr. Empenho	Histórico / Descrição do Empenho	Dt. Emissão
OUTROS/NÃO APLICÁVEL	33903999 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCÉRIOS - PESSOA JURÍDICA	CGMP - CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO SA	994/2021	DESPESA MENSAL COM PEDAGIO ELETRONICO SEM PARA PARA OS VEICULOS DO SETOR MUNICIPAL DE SAUDE	17/02/2021
OUTROS/NÃO APLICÁVEL	33903203 - MATERIAL DESTINADO À ASSISTÊNCIA SOCIAL	DANILO CAMARGO DA SILVA	4676	BATATA DANILOAquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE;	16/08/2021
OUTROS/NÃO APLICÁVEL	33903299 - OUTROS MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	DANILO CAMARGO DA SILVA	2615	BATATA DANILOAquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE;	10/05/2021
OUTROS/NÃO APLICÁVEL	33903007 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	DEISE APARECIDA DOS SANTOS FROIS	3950	CENOURA DEISEFEIJÃO CARIOQUINHA DEISE;Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE;	13/07/2021

(2) Não foram informados os números do CNPJ/CPF de alguns fornecedores no campo "ID CREDOR", contrariando ao disposto no



artigo 61 da Lei Federal nº 4.320/64 e aos padrões do Sistema Audesp, prejudicando a identificação dos destinatários dos gastos públicos, exemplos:

ID Credor	Nome do Credor	Nr. Empenho	Dt. Emissão
INSCRIÇÃO GENÉRICA-OUTROS:5011	DURVAL LEME DE ARAUJO (RESPONSÁVEL ADIANTAMENTO)	2620	11/05/2021
INSCRIÇÃO GENÉRICA-OUTROS:234	ADIR DE ASSIS LEONARDI (RESPONSÁVEL POR ADIANTAM)	3007	27/05/2021
IDENTIFICAÇÃO ESPECIAL - SEM CPF/CNPJ:00000000393	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	4529	05/08/2021
IDENTIFICAÇÃO ESPECIAL - SEM CPF/CNPJ:00000004996	SERVIDORES E AGENTES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO (RESCISAO DE CONTRATO - NATAL NOEL RIBEIRO DA COSTA - APOSENTADORIA)	2970	27/05/2021

(3) Constataram-se, ainda incorreções nos campos Programa e Ação, uma vez que possuem a informação “\*\*\* NÃO CONSTA NO CADASTRO \*\*\*”, impossibilitando assim as análises do cumprimento das previsões constantes nas peças de planejamento;

Função de Governo	Subfunção de Governo	Programa	Ação	Nr. Empenho	Dt. Emissão
12 - EDUCAÇÃO	361 - ENSINO FUNDAMENTAL	4504 - Educação de qualidade para uma cidadania consciente	01485 - *** NÃO CONSTA NO CADASTRO ***	4807	24/08/2021
12 - EDUCAÇÃO	365 - EDUCAÇÃO INFANTIL	4504 - Educação de qualidade para uma cidadania consciente	01485 - *** NÃO CONSTA NO CADASTRO ***	4808	24/08/2021
12 - EDUCAÇÃO	361 - ENSINO FUNDAMENTAL	4504 - Educação de qualidade para uma cidadania consciente	01485 - *** NÃO CONSTA NO CADASTRO ***	4809	24/08/2021
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	4508 - Encargos Gerais do Município	00453 - *** NÃO CONSTA NO CADASTRO ***	5064	31/08/2021

(4) Constataram-se, ainda incorreções nos lançamentos de repasses públicos, em relação à informação gerencial “Modalidade de Aplicação”, não sendo utilizado o código “50 - Transferências a Instituições

Privadas sem Fins Lucrativos”, nos termos da Portaria Interministerial nº 163/01, ocasionando, simultaneamente, inobservância às normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, item 3.10 da NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL de 23 de setembro de 2016, a fidedignidade da informação e prejuízo à ação de controle dos recursos públicos.

Função de Governo	Subfunção de Governo	Programa	Ação	Nr. Empenho	Dt. Emissão
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOSLENTE	4503 - Assistência e valorização do ser humano	02471 - Abrigamento de pessoas em situação de risco social	01 - TESOURO	1627

Tal qual o Comunicado SDG Nº 34/2009 (Publicado no D.O.E. de 28.10.2009), as divergências apuradas denotam falha grave, eis que o Órgão não atende aos Princípios da Transparência (artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Evidenciação Contábil (artigo 83 da Lei Federal nº Federal nº 4.320/64), ocasionando efetivo prejuízo à ação de controle dos recursos públicos.

Tal qual o Comunicado SDG Nº 34/2009 (Publicado no D.O.E. de 28.10.2009), as divergências apuradas denotam falha grave, eis que o Órgão não atende aos Princípios da Transparência (artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Evidenciação Contábil (artigo 83 da Lei Federal nº 4.320/64), ocasionando efetivo prejuízo à ação de controle dos recursos públicos.

Neste sentido, em recentes julgados, assim se posicionou a Primeira Câmara deste E. Tribunal de Contas:

A respeito dos itens ‘Formalização das Licitações, Inexigibilidades e Dispensas’ e ‘Fidedignidade dos Dados informados ao Sistema AUDESP’, recomendo à Câmara para que promova ajustes para garantir a fidedignidade das informações enviadas a esta Corte por meio do Sistema Audesp, em atendimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil. (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Contas de Câmara Municipal. TC-004722.989.18-3. 1ª Câmara. Rel. Cristiana de Castro Moraes. DOE: 22/11/2019) – g.n.

Considerando que não houve prejuízos à fiscalização dos demonstrativos, apenas recomendo à Origem que atente às informações enviadas ao Sistema Audesp, evitando omissões e/ou dados controvertidos, de forma a atender plenamente aos princípios da transparência e evidenciação contábil, nos termos suscitados no



Comunicado SDG nº 34/09. (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Contas de Câmara Municipal. TC-006075.989.16-0. 1ª Câmara. Rel. Sidney Estanislau Beraldo. DOE: 12/11/2019) – g.n.

De igual forma, vem sendo decidido pela Segunda Câmara desta E. Corte de Contas:

Sobre os apontamentos relativos à incorreta classificação de despesas e envio intempestivo de informações ao sistema AUDESP, deverá a Edilidade, adequar sua escrituração aos parâmetros impostos pela Nova Contabilidade Pública, observando o formalismo próprio e a tempestividade correta, a fim de evitar afrontas aos Princípios da Oportunidade, Evidenciação Contábil e Transparência. (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Contas de Câmara Municipal. TC-004927.989.16-0. 2ª Câmara. Rel. Dimas Ramalho. DOE: 30/05/2019) – g.n.

Alimente o Sistema Audesp com dados fidedignos, atendendo aos princípios da transparência e da evidenciação contábil (artigo 1º da LRF e artigo 83 da Lei Federal nº 4.320/64), observando o Comunicado SDG nº 34/09, encaminhando a este Tribunal os documentos dentro dos respectivos prazos fixados nas Instruções nº 02/16. (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Contas de Câmara Municipal. TC-005211.989.18-1. 2ª Câmara. Rel. Samy Wurman. DOE: 04/03/2020) – g.n.

Diante do exposto, propomos seja recomendado à Origem que promova ajustes a fim de garantir a fidedignidade das informações encaminhadas ao Sistema Audesp, em atendimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil.

Destacamos que a prestação de informações incorretas ou imprecisas é forte impeditivo para os trabalhos da Fiscalização e do Tribunal de Contas.

## **G.2. IEG-M – I-GOV TI**

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de apontamento no quadrimestre anterior.

## **PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

### **H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES**

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.



## **H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Constatamos, no período, desatendimento às Instruções e Lei Orgânica deste Tribunal, concernente à ausência de fidedignidade de algumas informações encaminhadas ao sistema AUDESP, registradas no item G.1 deste relatório.

As recomendações/determinações emitidas em pareceres de contas anuais serão verificadas no relatório de fechamento do exercício.

### **CONCLUSÃO**

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

#### **A.1.1. CONTROLE INTERNO**

- O servidor designado em 2021 acumulou o cargo de responsável pelo Departamento de Pessoal, condição que compromete a sua independência de atuação, necessária ao exercício da função;
- O responsável pelo controle interno não é de carreira específica e ocupa função gratificada, em inobservância à jurisprudência do C. STF;
- Os documentos elaborados pelo setor trazem somente dados estatísticos sobre os resultados da Prefeitura Municipal no período, de modo que inexistem apontamentos ou recomendações;
- O setor não exerceu, no período analisado, a fiscalização com atuação prévia, concomitante e subsequente aos atos e fatos administrativos, com vistas à avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores, em descumprimento ao determinado no artigo 3º da Lei Municipal nº 527/2017;
- Proposta da fiscalização: a adoção de providências tendentes à regularização da estrutura do Setor de Controle Interno, de modo a prover o cargo de controlador interno por servidor de carreira específica, bem como seja recomendado à Origem que o controle interno atue de forma efetiva, de modo a analisar processos e



procedimentos e, por consequência, auxiliar o gestor com informações qualificadas para a tomada de decisões.

## **B.2. IEG-M – I-FISCAL**

- Não houve a implantação de Plano de Cargos e Salários Específico para os Fiscais Tributários
- Na cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) não são adotados mecanismos de promovam a justiça fiscal.
- Não houve a implantação de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) pela Prefeitura Municipal.
- Proposta da fiscalização: que esses registros sejam acompanhados pelos setores responsáveis, de modo a corrigir procedimentos que impactaram de forma negativa esse indicador.

### **B.2.1. CARGOS EM COMISSÃO NA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

- A Administração Tributária alocou servidor ocupante de cargo em comissão para o exercício de atividades técnicas de Fiscais Tributários em inobservância ao artigo 37, inciso XXII, da Constituição Federal.

### **B.3.2. DO AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS – AVCB**

- Nem todas as instalações físicas escolares da Prefeitura têm o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, não atendendo, portanto, ao Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018, denotando a necessidade da adoção de medidas imediatas, haja vista que dentre as falhas apuradas há questões de segurança envolvidas (AVCB), em especial nos casos de escolas, por envolver crianças e adolescentes, denotando, simultaneamente, o descumprimento da Constituição Federal (caput do artigo 37), do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (artigo 1º da Lei Federal nº 8.069/90) e do Decreto Estadual nº



63.911, de 10 de dezembro de 2018, com proposta de comunicação ao Corpo de Bombeiros.

### **C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO**

- Situação desfavorável no cumprimento dos limites mínimos de aplicação de recursos do FUNDEB (dados até o 2º quadrimestre de 2021), com emissão de alertas pelo sistema AUDESP no período.

#### **E.1. IEG-M – I-AMB**

- Nem todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental realizam programa ou ação de educação ambiental, como preconiza o inciso VI do artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999.
- Não foi instituída lei regulamentando a proibição de queimada urbana pelo Município.
- O cronograma de manutenção preventiva ou de substituição da frota municipal não é avaliado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.
- Não há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez.
- Não existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem.
- Não existem metas de abastecimento de água definidas, contrariando o estipulado no inciso I do artigo 9º e no inciso II do artigo 19 da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. O município ainda não universalizou o fornecimento de água potável para sua população.
- Não existem metas de coleta de esgoto definidas, contrariando o estipulado no inciso I do artigo 9º e no inciso II do artigo 19 da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. O município ainda não universalizou a coleta de esgoto para sua população.
- Não existem metas de tratamento de esgoto definidas,



contrariando o estipulado no inciso I do artigo 9º e no inciso II do artigo 19 da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

- O Indicador de Coleta de Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município - ICTEM do ano de 2020 encontra-se abaixo de 7,6 (limite considerado aceitável pela CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo).
- A Prefeitura Municipal não realiza monitoramento e avaliação das ações e metas contidos em seu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), contrariando o disposto pelo artigo 19, inciso XVII, da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.
- Proposta da fiscalização: que esses registros sejam acompanhados pelos setores responsáveis, de modo a corrigir procedimentos que impactaram de forma negativa esse indicador.

#### **F.1. IEG-M – I-CIDADE**

- A Prefeitura Municipal informou que foi criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil-COMPDEC ou órgão similar responsável pela execução, coordenação e mobilização de todas as ações de defesa civil no município, mas não há qualquer tipo de recursos específicos destinados a ela, o que impossibilita a execução do disposto nos artigos 8º e 9º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.
- A Prefeitura Municipal informou que não possui Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil devidamente regulamentado.
- A Prefeitura Municipal não promove a capacitação/treinamento de associações para atuação conjunta com os agentes municipais de Proteção e Defesa Civil, contrariando o disposto no artigo 8º, inciso XV, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.
- Não são realizadas ações para estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias.



- Não há mecanismos para vedação de novas ocupações das áreas de riscos, contrariando o artigo 8º, inciso V, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.
- A Prefeitura Municipal não possui Plano de Contingência Municipal – PLANCON de Defesa Civil.
- A Prefeitura Municipal informou que não realiza o registro das ocorrências de Defesa Civil de forma eletrônica.
- Nem todo calçamento público possui acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade, contrariando o artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012 e os artigos 46 e 53 da Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015.
- Nem todas as vias públicas pavimentadas estão devidamente sinalizadas (vertical e horizontalmente), contrariando o disposto no artigo 88 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).
- Nem todas as vias públicas no Município tem manutenção adequada, contrariando as normas do Manual de Pavimentação e Manual de Restauração Pavimentos Asfálticos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.
- Proposta da fiscalização: que esses registros sejam acompanhados pelos setores responsáveis, de modo a corrigir procedimentos que impactaram de forma negativa esse indicador.

#### **G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

- Existência de divergência dos dados informados ao Sistema Audesp, em inobservância aos Princípios da Transparência (artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Evidenciação Contábil (artigo 83 da Lei Federal nº 4.320/64);
- Proposta da fiscalização: que seja recomendado à Origem para que promova ajustes, a fim de garantir a fidedignidade das informações encaminhadas ao Sistema Audesp, em atendimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil.



## **H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

- Desatendimento às Instruções e Lei Orgânica deste Tribunal, concernente à ausência de fidedignidade de algumas informações encaminhadas ao sistema AUDESP.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-03, 20 de outubro de 2021.

**Thales Bicalho Ferreira**  
**Agente da Fiscalização**